



# AUDITORIA

Unidade de Auditoria Interna do Ifal

**RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA**

**(Raint 2025)**

# SUMÁRIO

1. Introdução	01
2. Quadro demonstrativo do quantitativo da alocação efetiva da força de trabalho durante a vigência do Paint	02
3. Posição sobre a execução dos serviços de auditoria previstos no Paint, relacionando aqueles finalizados, não concluídos, não realizados e realizados sem previsão no Paint	04
3.1 Execução dos serviços de avaliação	10
4. Descrição dos fatos relevantes que impactaram a execução dos serviços de auditoria	16
5. Quadro demonstrativo do valor dos benefícios financeiros e do quantitativo dos benefícios não financeiros auferidos em decorrência da atuação da UAIG ao longo do exercício, conforme as disposições da Instrução Normativa nº 10, de 28 de abril de 2020, da CGU	16
6. Informe sobre os resultados do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade PGMQ	20
7. Levantamento de informações para órgãos de controle	22
8. Considerações Finais	25

# Lista de Siglas e Abreviaturas

**Audint:** Unidade de Auditoria Interna Governamental

**CGU:** Controladoria-Geral da União

**Consup:** Conselho Superior

**HH:** Horas Humanas

**IA-CM:** Modelo de Capacidade de Auditoria Interna

**Ifal:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas

**IN:** Instrução Normativa

**Paint:** Plano Anual de Auditoria Interna

**PGD:** Programa de Gestão por Desempenho

**PGMQ:** Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade

**Raint:** Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna.

**SCI:** Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal

**SFC:** Secretaria Federal de Controle Interno

**TCU:** Tribunal de Contas da União

**TI:** Tecnologia da Informação

**UAIG:** Unidade de Auditoria Interna Governamental

## 1. INTRODUÇÃO

A Unidade de Auditoria Interna (Audint) do Instituto Federal de Alagoas (Ifal) apresenta o seu Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (Raint), referente ao exercício de 2025, em estrita observância à Instrução Normativa (IN) nº 05, de 27 de agosto de 2021, da Controladoria-Geral da União (CGU).

Como órgão singular que exerce atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, a Audint atua em conformidade com o Referencial Técnico da IN CGU nº 03/2017, visando adicionar valor e melhorar as operações institucionais.

Este relatório busca atender à IN CGU nº 05/2021, apresentando informações sobre a execução do Plano Anual de Auditoria Interna (Paint) 2025, a alocação da força de trabalho, os principais resultados alcançados, os benefícios gerados e os aspectos que impactaram a atuação da unidade no período. Nesse contexto, a estrutura deste Raint foi organizada de forma a contemplar as diretrizes estabelecidas no normativo vigente, que estabelece:

O conteúdo do RAINT deve abordar, no mínimo:

I - quadro demonstrativo da alocação efetiva da força de trabalho durante a vigência do PAINT;

II - posição sobre a execução dos serviços de auditoria previstos no PAINT, relacionando aqueles finalizados, não concluídos, não realizados e realizados sem previsão no PAINT;

III - descrição dos fatos relevantes que impactaram a execução dos serviços de auditoria;

IV - quadro demonstrativo do valor dos benefícios financeiros e do quantitativo dos benefícios não financeiros auferidos em decorrência da atuação da UAIG ao longo do exercício, conforme as disposições da Instrução Normativa nº 10, de 28 de abril de 2020, da CGU;

V - informe sobre os resultados do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade - PGMQ. (IN CGU nº 05/2021, art. 11).

Como instrumento de transparência e accountability, o presente relatório traduz o desempenho da Unidade de Auditoria e fornece subsídios relevantes para a tomada de decisão da alta gestão do Instituto e das partes interessadas.

## 2. QUADRO DEMONSTRATIVO DO QUANTITATIVO DA ALOCAÇÃO EFETIVA DA FORÇA DE TRABALHO DURANTE A VIGÊNCIA DO PAINT

A alocação efetiva da força de trabalho da Auditoria Interna durante a vigência do Paint 2025 reflete a capacidade operacional da unidade e a distribuição da equipe nas diversas frentes de atuação.

Em observância ao art. 11, inciso I, da Instrução Normativa CGU nº 05/2021, o quadro a seguir detalha o quantitativo de horas ou dias-homem aplicados tanto nas ações de auditoria planejadas quanto nas atividades de gestão, capacitação e demandas extraordinárias.

Quadro 01: Demonstrativo do quantitativo de alocação efetiva da força de trabalho durante a vigência do Paint/2025

<b>Atividade</b>	<b>HH Previsto</b>	<b>HH Realizado</b>
<i>Serviços de Auditoria</i>	7750	6970
<i>Capacitação dos Auditores</i>	240	240
<i>Monitoramento das Recomendações</i>	600	600
<i>Gestão de Melhoria de Qualidade - PGMQ</i>	300	300
<i>Gestão Interna da UAIG</i>	1150	400
<i>Levantamento de informações para órgãos de controle interno ou externo</i>	120	120
<i>Reserva Técnica (demandas extraordinárias)</i>	480	1580
<i>Outros</i>	0	430
<b>TOTAL</b>	<b>10.640</b>	<b>10.640</b>

Fonte: Elaborado pela Audint.

Esta demonstração é fundamental para evidenciar a produtividade da equipe e justificar eventuais desvios no cronograma original, permitindo avaliar se a estrutura de pessoal disponível é compatível com o volume de trabalho pactuado. Os dados apresentados consideram a força de trabalho real, descontando-se os períodos de afastamentos legais, férias e licenças, de modo a expressar a disponibilidade efetiva para a prestação dos serviços. Portanto, a distribuição da força de trabalho

ocorreu conforme explicitado no Quadro 01 acima, que demonstra as Horas Humanas (HH) previstas no planejamento e as efetivamente executadas.

### 3. POSIÇÃO SOBRE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE AUDITORIA PREVISTOS NO PAINT, RELACIONANDO AQUELES FINALIZADOS, NÃO CONCLUÍDOS, NÃO REALIZADOS E REALIZADOS SEM PREVISÃO NO PAINT

A Unidade de Auditoria Interna atuou na avaliação das principais áreas finalísticas e de suporte do Ifal, gerando valor por meio de recomendações que visam a otimização de recursos e a melhoria do desempenho institucional. Destacam-se as contribuições nas áreas de Assistência Estudantil e Alimentação Escolar, em que as auditorias validaram o cumprimento das diretrizes nutricionais e pedagógicas, ao mesmo tempo em que instigaram a gestão a aprimorar a mensuração de resultados de permanência discente. No campo da modernização administrativa, os trabalhos focaram na consolidação do PGD e na segurança dos ativos de TI, assegurando que as operações institucionais ocorram de forma íntegra e alinhadas aos objetivos estratégicos do PDI.

A situação dos serviços de auditoria — abrangendo as atividades previstas, realizadas, não realizadas ou em andamento (inclusive as demandas extraordinárias) — encontra-se detalhada no Quadro 02 abaixo:

Quadro 2: Atividades de Auditoria Interna na vigência do Paint 2025

ID	Tipo de Serviço	Objeto Auditado	Objetivo da Auditoria	Origem da Demanda	Início	Conclusão	HH	Situação	Evidências
01	Outros	Raint 2024	Elaborar o Raint 2024, conf. IN-CGU nº 05/2021.	Obrigação legal	janeiro	março	150	Realizada	Raint 2024

02	Outros	Paint 2026	Elaborar o Paint 2026, conf. IN-CGU nº 05/2021.	Obrigação legal	setembro	novembro	120	Realizada	Paint 2026
03	Outros	Parecer sobre a prestação de contas anual da entidade	Elaborar o Parecer sobre a Prestação de Contas Anual 2025 da Instituição.	Obrigação legal	janeiro	março	160	Realizada	Parecer
<b>ID</b>	<b>Tipo de Serviço</b>	<b>Objeto Auditado</b>	<b>Objetivo da Auditoria</b>	<b>Origem da Demanda</b>	<b>Início</b>	<b>Conclusão</b>	<b>HH</b>	<b>Situação</b>	<b>Evidências</b>
04	Outros	Capacitação	Realizar capacitação e participação em eventos.	Obrigação legal	janeiro	dezembro	240	Realizada	Certificados

<b>05</b>	Outros	Gestão da Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG)	Gerir a Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG)	Obrigação legal	janeiro	dezembro	400	Realizada	Reuniões periódicas, Gestão de Demandas Extraordinárias, Comunicação com a Gestão.
<b>06</b>	Outros	Monitoramento	Monitorar as recomendações emitidas em trabalhos anteriores e ainda não implementadas pela Unidade Auditada.	Obrigação legal	janeiro	dezembro	600	Realizada	Planilha Eletrônica
<b>07</b>	Outros	Levantamento de informações para órgãos de controle interno ou externo		Outros	Janeiro	Dezembro	120	Realizada	11 processos cadastrados no SIPAC

<b>08</b>	Outros	Demandas Extraordinárias	Realizar ações por demandas extraordinárias.	Obrigações legais	janeiro	dezembro	1580	Realizada	20 Notas de Auditoria.
<b>09</b>	Outros	Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade	Avaliar e consolidar o Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da UAIG do Ifal.	Obrigações legais	janeiro	março	300	Realizada	Resultados no Raint 2025
<b>ID</b>	<b>Tipo de Serviço</b>	<b>Objeto Auditado</b>	<b>Objetivo da Auditoria</b>	<b>Origem da Demanda</b>	<b>Início</b>	<b>Conclusão</b>	<b>HH</b>	<b>Situação</b>	<b>Evidências</b>
<b>10</b>	Avaliação	Riscos da Unidade de Auditoria Interna	Mapear os riscos da Unidade de Auditoria Interna.	Outros	janeiro	março	600	Realizada	Mapa de Riscos
<b>11</b>	Avaliação	Programa de Gestão de Desempenho	Avaliar o Programa de Gestão de Desempenho.	Outros	janeiro	dezembro	1040	Realizada	Relatório nº 05/2025.

12	Avaliação	Gestão do Processo de Auxílio-Transporte e.	Avaliar a Gestão do Processo de Auxílio-Transporte	Outros	abril	julho	1040	Realizada	Relatório nº 03/2025.
13	Avaliação	Governança e Gestão de tecnologia da informação e da segurança da informação	Avaliar a Governança e Gestão de tecnologia da informação e da segurança da Informação	Outros	abril	julho	1040	Realizada	Relatório nº 04/2025.
<b>ID</b>	<b>Tipo de Serviço</b>	<b>Objeto Auditado</b>	<b>Objetivo da Auditoria</b>	<b>Origem da Demanda</b>	<b>Início</b>	<b>Conclusão</b>	<b>HH</b>	<b>Situação</b>	<b>Evidências</b>
14	Avaliação	Fornecimento de alimentação escolar nos campi do Ifal	Avaliar o processo de fornecimento de alimentação escolar nos campi do Ifal	Outros	julho	dezembro	1450	Realizada	Relatório nº 06/2025

<b>15</b>	Avaliação	Concessão de auxílios/bolsas da Assistência Estudantil	Avaliar o processo de concessão de auxílios/bolsas da Assistência Estudantil	Solicitação da gestão	julho	novembro	1600	Realizada	Relatório 07/2025
<b>16</b>	Avaliação	Gestão dos recursos externos à Lei Orçamentária	Avaliar a gestão dos recursos externos à Lei Orçamentária	Outros	outubro	dezembro	200	Em andamento	Ordem de serviço e estudos preliminares

Fonte: elaborado pela Audint.

### **3.1 EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO**

As atividades realizadas avaliaram os processos das seguintes áreas e temáticas, alcançando os objetivos de auditoria propostos:

#### **Ação nº 10 - Riscos da Unidade de Auditoria Interna**

**Objetivo da Auditoria:** Mapear os riscos da Unidade de Auditoria Interna

A Audint realizou o mapeamento de seus riscos institucionais por meio de uma estrutura técnica dividida em etapas sequenciais, detalhadas a seguir: O processo iniciou-se pela definição do Ambiente e Objetivos, seguida pela alimentação do Mapa de Riscos, onde foram identificados subprocessos, eventos de risco, causas e consequências, com a devida classificação por categoria e natureza. Na sequência, procedeu-se ao cálculo do risco inerente, mensurando probabilidade e impacto (esforço da gestão, regulação, reputação, entre outros) em uma escala de 1 a 5.

Após a identificação e avaliação dos controles existentes (desenho e operação), a Audint finalizou o mapeamento de seus subprocessos e a identificação de riscos, permitindo o cálculo do risco inerente da unidade. Atualmente, a ação avança para a análise da eficiência dos controles e definição do risco residual, visando consolidar um plano de ação que assegure a integridade e a segurança operacional das atividades de auditoria.

#### **Ação nº 11 - Programa de Gestão de Desempenho - Relatório nº 05/2025**

**Objetivo da Auditoria:** Avaliar o Programa de Gestão de Desempenho

A auditoria realizada no Programa de Gestão e Desempenho (PGD) revelou a necessidade de fortalecer o alinhamento estratégico e a maturidade dos controles internos. Os principais achados apontam para uma mensuração de resultados predominantemente qualitativa e a ausência de indicadores que vinculem a produtividade aos objetivos do PDI, além de falhas na parametrização do sistema para bloqueios automáticos de adesão e a inexistência de mapeamento formal de riscos e processos. Também foram identificadas lacunas na formalização do fluxo de desligamento de participantes e na estruturação de controles específicos para a modalidade de teletrabalho no exterior, o que pode comprometer a segurança jurídica e a padronização das atividades.

Para sanar essas fragilidades, as recomendações focam no desenvolvimento de indicadores de desempenho individuais e setoriais e na modernização do sistema de gestão para automação de critérios normativos. Recomenda-se ainda que a Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) formalize os fluxos processuais e elabore um planejamento estratégico de longo prazo (2025-2028) para o programa, integrando-o à gestão de riscos institucionais. Tais medidas visam garantir que o PGD deixe de ser focado apenas em aspectos operacionais

e passe a gerar valor estratégico, assegurando a transparência, a integridade dos dados e a plena conformidade com as normas federais e internas.

### **Ação nº 12 - Gestão do Processo de Auxílio-Transporte - Relatório nº 03/2025**

**Objetivo da Auditoria:** Avaliar a Gestão do Processo de Auxílio-Transporte

Com base no relatório de auditoria sobre a concessão de auxílio-transporte no Ifal, os exames revelaram fragilidades estruturais na governança e no controle interno do processo, destacando-se a ausência de mapeamento de atividades e de uma gestão de riscos formalizada para prevenir pagamentos indevidos. A análise por amostragem de 42 processos evidenciou inconformidades em relação à Instrução Normativa SRT/MGI nº 71/2025, como a falta de comprovantes de residência em 14 casos, ausência de grades horárias de transporte em 8 processos e a carência de controles objetivos sobre a presencialidade e o deslocamento efetivo dos servidores. Além disso, observou-se a falta de transparência na instrução processual, com ausência de memórias de cálculo e de despachos formais de deferimento ou indeferimento.

Para mitigar esses riscos, as recomendações orientam a elaboração de fluxogramas detalhados e a implementação de um plano de tratamento de riscos com responsáveis definidos. É requerida a atualização do Manual de Auxílio-Transporte e do Guia de Procedimentos para incluir diretrizes claras de controle, além da revisão dos processos já deferidos para sanar as pendências documentais identificadas. A auditoria reforça a necessidade de que a gestão passe a exigir, de forma obrigatória, a declaração de horário de trabalho semanal e realize análises comparativas entre a jornada de trabalho e a grade de transporte público, assegurando a fidedignidade dos pagamentos e a conformidade com a legislação federal vigente.

### **Ação nº 13 - Governança e Gestão de tecnologia da informação e da segurança da informação - Relatório nº 04/2025**

**Objetivo da Auditoria:** Avaliar a Governança e Gestão de tecnologia da informação e da segurança da informação

A auditoria realizada na área de Tecnologia da Informação (TI) e Segurança da Informação evidenciou fragilidades na estrutura de governança, com destaque para a ausência de formalização da segregação de funções, princípio essencial previsto na Resolução nº 111/2023-Consup/Ifal para mitigar riscos de uso indevido de ativos. Os exames apontaram que a inexistência de mapeamento de processos e de avaliações de riscos, somada à carência de programas de treinamento e conscientização para servidores e alunos, eleva a vulnerabilidade da instituição a ataques cibernéticos e vazamentos de dados. Tais lacunas são

justificadas pela gestão devido ao número reduzido de servidores, o que impede a plena implementação dos controles de planejamento, execução e monitoramento recomendados pelas normas vigentes.

Como medidas corretivas, a auditoria recomendou o desenvolvimento urgente de um programa de capacitação voltado às boas práticas de privacidade e segurança da informação, abrangendo toda a comunidade acadêmica. Além disso, é necessária a formalização da segregação de funções por meio de atos administrativos e a execução do mapeamento de processos e riscos de TI, garantindo que a segurança da informação seja integrada à cultura organizacional. Essas ações são consideradas fundamentais para assegurar a conformidade normativa e proteger a imagem institucional, alinhando a gestão de tecnologia aos objetivos estratégicos estabelecidos no PDI 2024-2028.

#### **Ação nº 14 - Fornecimento de alimentação escolar nos campi do Ifal - Relatório nº 06/2025**

**Objetivo da Auditoria:** Avaliar o processo de fornecimento de alimentação escolar nos campi do Ifal

A auditoria realizada na área de Alimentação Escolar evidenciou resultados positivos quanto ao cumprimento de diretrizes pedagógicas e nutricionais, destacando-se a integração de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) ao currículo escolar e a composição de cardápios por nutricionistas habilitados, com foco em alimentos básicos e restrição de ultraprocessados. Essas ações demonstram a conformidade do Ifal com a Lei nº 11.947/2009 e com as resoluções do PNAE, assegurando a oferta de uma alimentação saudável, adequada e em conformidade com as necessidades nutricionais dos estudantes.

Por outro lado, os exames identificaram fragilidades na governança e na transparência administrativa, especificamente pela ausência de mapeamento formal dos processos e de um plano de gestão de riscos institucionalizado para a oferta de alimentação. Embora a gestão tenha iniciado o levantamento de fluxos e riscos, os documentos não foram concluídos nem publicados no sítio eletrônico oficial, o que dificulta o controle social e a prevenção de falhas operacionais. Diante disso, a auditoria recomendou a finalização e a divulgação do mapeamento de processos e dos controles internos, visando garantir maior eficiência, economicidade e transparência na gestão dos recursos públicos do PNAE e PNAES.

#### **Ação nº 15 - Concessão de auxílios/bolsas da Assistência Estudantil - Relatório nº 07/2025**

**Objetivo da Auditoria:** Avaliar o processo de concessão de auxílios/bolsas da Assistência Estudantil

A auditoria realizada na política de Assistência Estudantil (AE) do Ifal revelou fragilidades na mensuração da efetividade do programa, destacando a ausência de indicadores institucionais que relacionem o atendimento da Política Nacional de Assistência Estudantil e do Programa Nacional de Assistência Estudantil a índices de permanência, retenção e evasão escolar. A análise apontou que a gestão de dados é realizada

de forma fragmentada em bases isoladas, o que impede o cruzamento automático com o histórico acadêmico dos estudantes e dificulta a avaliação do impacto social da política. Além disso, embora tenham sido identificadas melhorias no mapeamento de atividades, verificou-se a inexistência de uma metodologia de gestão de riscos formalizada, contrariando as diretrizes do Decreto nº 9.203/2017 e expondo o processo a incertezas que podem comprometer o alcance dos objetivos institucionais.

Para mitigar essas lacunas, as recomendações orientaram a implementação urgente de um sistema integrado, preferencialmente via módulo de AE no SUAP, que permita o monitoramento sistemático e a produção de indicadores de desempenho robustos. Adicionalmente, a Auditoria recomendou que a Diretoria de Políticas Estudantis (DPE) institua uma metodologia de gestão de riscos específica para a Assistência Estudantil, integrando-a aos processos já mapeados para permitir a identificação e o tratamento proativo de vulnerabilidades. Tais medidas são consideradas fundamentais para garantir que a política de AE cumpra seu papel estratégico de inclusão e sucesso acadêmico, assegurando a transparência e a melhoria contínua da governança institucional.

#### **Ação nº 16 - Gestão dos recursos externos à Lei Orçamentária**

**Objetivo da Auditoria:** Avaliar a gestão dos recursos externos à Lei Orçamentária

Informamos que a auditoria sobre a Gestão dos Recursos Externos à Lei Orçamentária encontra-se em fase de andamento. O cronograma inicialmente previsto sofreu ajustes em virtude de fatores críticos que impactaram a força de trabalho da Unidade de Auditoria Interna (Audint) neste período.

A reprogramação justifica-se pela redução do quadro de pessoal da equipe técnica, somada ao aumento expressivo no volume de demandas extraordinárias e urgentes, que exigiram o redirecionamento imediato da força de trabalho para atender a requisições de órgãos de controle e da alta gestão. Para otimizar o esforço auditável e garantir a profundidade necessária ao exame, esta ação será desenvolvida de forma complementar à auditoria de Orçamento prevista para 2026. Essa integração permitirá uma visão sistêmica e consolidada do fluxo financeiro institucional, unindo o acompanhamento do orçamento ordinário à gestão das fontes externas, resultando em recomendações mais robustas e eficientes para o fortalecimento da governança no Ifal.

Apresenta-se, a seguir, o status dos serviços de avaliação previstos no Painel/2025, incluindo a ação extraordinária executada via Notas de Auditoria. O quantitativo de recomendações e a situação das ações (realizadas e não realizadas) estão detalhados no Quadro 03 e nos Gráficos 01 e 02.

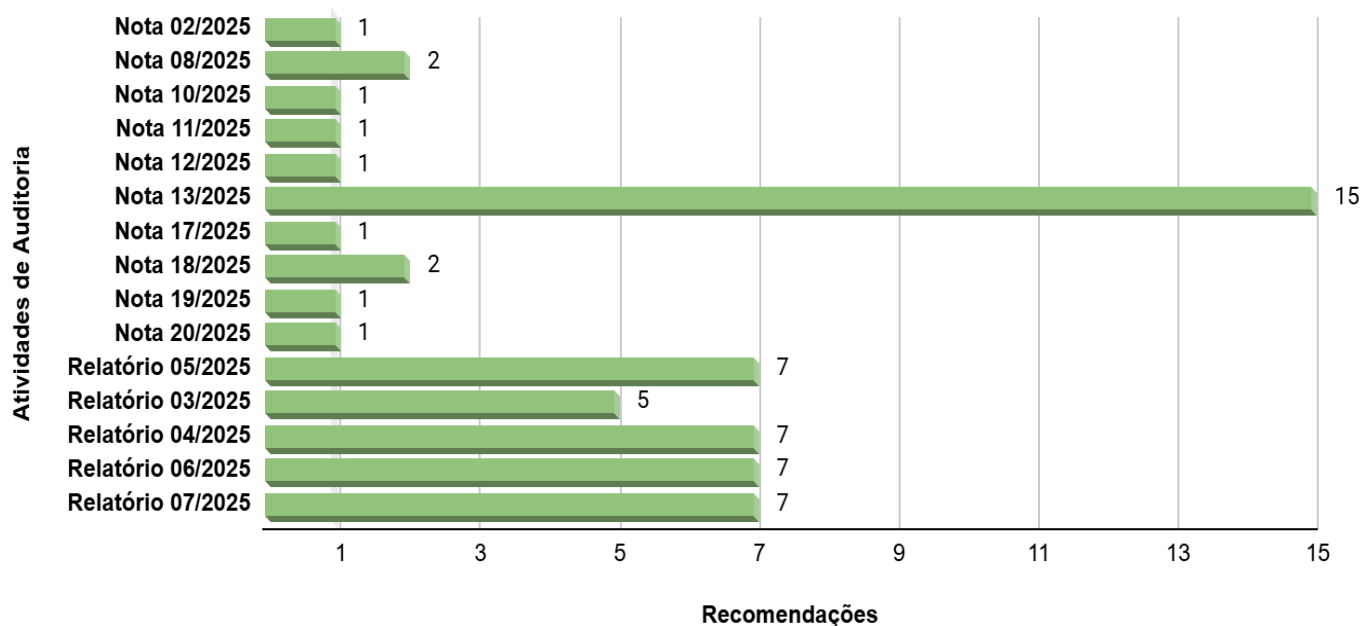
Quadro 3: Execução dos serviços de avaliação

Processo Sipac	Evidências	Objeto Auditado	Estado dos Serviços	Quantidade de Recomendações
23041.016621/2025 -91	Relatório 05/2025	Programa de Gestão de Desempenho	Realizado	07
23041.016624/2025 -24	Relatório 03/2025	Gestão do Processo de Auxílio-Transporte	Realizado	05
23041.020715/2025 -64	Relatório 04/2025	Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e da Segurança da Informação	Realizado	07
23041.036345/2025 -87	Relatório 06/2025	Fornecimento de Alimentação Escolar nos campi do Ifal	Realizado	07
23041.036678/2025 -14	Relatório 07/2025	Concessão de auxílios/bolsas da Assistência Estudantil	Realizado	07
—	—	Gestão dos recursos externos à Lei Orçamentária	Não Realizado	—
	Notas de Auditoria	Denúncias Fala.BR	Realizados	26

Fonte: elaborado pela Audint.

Gráfico 01: Recomendações dos Serviços de Auditoria.

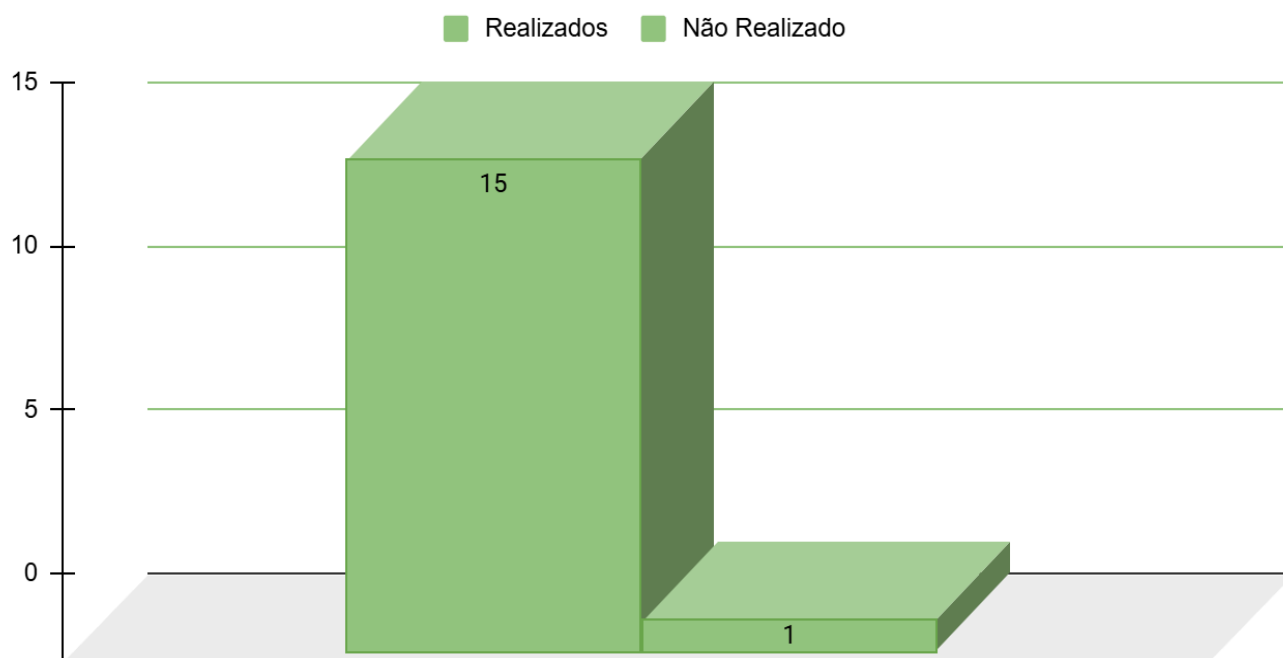
## Recomendações dos Serviços de Avaliação 2025



Fonte: elaborado pela Audint.

Gráfico 02: Serviços de Auditoria realizados e não realizados.

## Serviços de Auditoria Realizados e Não Realizados



Fonte: elaborado pela Audint.

#### **4. DESCRIÇÃO DOS FATOS RELEVANTES QUE IMPACTARAM A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE AUDITORIA**

A execução das atividades de auditoria em 2025 foi impactada por fatores relevantes, destacando-se: redução da força de trabalho, em razão da saída de servidora para exercício de função em outra unidade; aumento significativo de demandas extraordinárias, especialmente relacionadas ao tratamento de denúncias recebidas por meio da plataforma [Fala.BR](#) e atrasos no fornecimento de informações por parte de unidades auditadas.

Em resposta a esse cenário, a Audint adotou medidas de otimização, incluindo: redirecionamento de esforços para demandas prioritárias; investimento em capacitação técnica da equipe; e aperfeiçoamento dos fluxos de trabalho e da comunicação institucional.

Essas ações contribuíram para mitigar os impactos identificados e assegurar a qualidade técnica das entregas.

Por último, destaca-se que o exercício de 2025 consolidou-se como um período de transição e realinhamento estratégico para a Auditoria Interna do Ifal com a mudança na titularidade da unidade.

#### **5. QUADRO DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS NÃO FINANCEIROS AUFERIDOS EM DECORRÊNCIA DA ATUAÇÃO DA UAIG AO LONGO DO EXERCÍCIO, CONFORME AS DISPOSIÇÕES DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10, DE 28 DE ABRIL DE 2020, DA CGU**

No exercício de 2025, a atuação da Unidade de Auditoria Interna (Audint) consolidou benefícios de natureza não financeira importantes para a governança do Ifal, pautando-se na sistemática de quantificação e registro estabelecida pela Instrução Normativa CGU nº 10/2020. O trabalho desenvolvido buscou oferecer suporte técnico à gestão, fornecendo recomendações para o alcance da eficiência operacional e a conformidade dos atos administrativos, atuando para o aprimoramento dos processos institucionais.

A classificação desses benefícios não financeiros ocorre em função da dimensão institucional afetada, permitindo mensurar o valor agregado pela auditoria tanto em nível estratégico quanto operacional. Nesse sentido, as entregas da Audint podem ser categorizadas quanto ao impacto na Missão, Visão e/ou Resultados, quando as recomendações incidem diretamente sobre os processos finalísticos da organização, servindo como referência para o alcance das metas estabelecidas no planejamento estratégico do Ifal. Tal dimensão evidencia o fortalecimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, garantindo que os resultados entregues à sociedade estejam alinhados ao propósito institucional.

Por outro lado, os benefícios também abrangem a dimensão de Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos Internos, voltando-se ao aperfeiçoamento dos processos de apoio e gerenciais. Nessa vertente, as orientações da auditoria buscam otimizar a gestão de recursos humanos, a integridade da infraestrutura e a eficiência das rotinas administrativas, criando o suporte necessário para que as áreas finalísticas operem com maior segurança e conformidade. Assim, a atuação da Unidade em 2025 assegurou que tanto a estratégia quanto a operação fossem contempladas, possibilitando melhoria para a Instituição.

Abaixo, segue o quadro com o detalhamento dos principais benefícios não financeiros decorrentes dos serviços de auditoria:

Quadro 5 - Benefícios não financeiros auferidos em decorrência da atuação da Unidade de Auditoria Interna.

<b>Ação nº 10 - Riscos da Unidade de Auditoria Interna</b>	
<b>Descrição da Medida Orientada</b>	<b>Benefícios Não Financeiros / Dimensão do Benefício</b>
Otimização de fluxos	Aperfeiçoamento da prestação dos serviços de auditoria interna. (Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos Internos – Repercussão Estratégica/Tática/Operacional)
Mitigação de riscos	
Padronização e eficiência dos fluxos administrativos internos.	
Mitigação de falhas operacionais.	
<b>Ação nº 11 - Programa de Gestão de Desempenho - Relatório nº 05/2025</b>	
<b>Descrição da Medida Orientada</b>	<b>Benefícios Não Financeiros / Dimensão do Benefício</b>
Otimização de fluxos e fim de verificações manuais no PGD.	Melhoria na segurança jurídica, conformidade legal e suporte à tomada de decisão.  (Missão, Visão e/ou Resultado – Repercussão Estratégica)
Melhoria no tratamento dos dados e isonomia no desligamento.	
Mitigação de riscos em adesões e teletrabalho no exterior.	
Padronização de fluxos e gestão baseada em	

evidências.	
<b>Ação nº 12 - Gestão do Processo de Auxílio-Transporte - Relatório nº 03/2025</b>	
<b>Descrição da Medida Orientada</b>	<b>Benefícios Não Financeiros / Dimensão do Benefício</b>
Padronização e eficiência dos fluxos administrativos internos.	Maior confiança na equidade do processo, melhoria nos controles visando redução de prejuízos financeiros e de pagamentos indevidos.  (Missão, Visão e/ou Resultado – Repercussão Tático/Operacional)
Melhoria na clareza dos critérios e rastreabilidade dos processos.	
Adequação à IN nº 71/2025 e detecção precoce de falhas.	Melhoria na segurança jurídica e conformidade institucional.  (Missão, Visão e/ou Resultado – Repercussão Estratégica)
Estruturação da gestão com base em melhores práticas de governança.	
<b>Ação nº 13 - Governança e Gestão de tecnologia da informação e da segurança da informação - Relatório nº 04/2025</b>	
<b>Descrição da Medida Orientada</b>	<b>Benefícios Não Financeiros / Dimensão do Benefício</b>
Elevação da maturidade do PPSI e proteção de dados.	Melhoria na efetividade e continuidade dos serviços digitais.  (Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos Internos – Repercussão Tático/Operacional)
Fomento a boas práticas de gestão e controle social.	Fortalecimento da transparência e da imagem institucional.  (Missão, Visão e/ou Resultado – Repercussão Estratégica)
Mitigação de riscos cibernéticos e segregação de funções.	Suporte no conflito de interesses.  (Missão, Visão e/ou Resultado – Repercussão Tático/Operacional)
Alinhamento com normativos nacionais e internacionais.	Conformidade legal.  (Missão, Visão e/ou Resultado – Repercussão Estratégica)
<b>Ação nº 14 - Fornecimento de alimentação escolar nos campi do Ifal - Relatório nº 06/2025</b>	
<b>Descrição da Medida Orientada</b>	<b>Benefícios Não Financeiros / Dimensão do Benefício</b>
Otimização da gestão do PNAE/PNAES e	Suporte para melhoria nos indicadores de permanência e êxito

fluxos administrativos.	escolar. (Missão, Visão e/ou Resultado – Repercussão Tático/Operacional)
Padronização de dados e fomento à transparência ativa.	Auxílio para o controle social e accountability. (Missão, Visão e/ou Resultado – Repercussão Estratégica)
Alinhamento à conformidade legal e mitigação de falhas operacionais.	Melhoria na segurança jurídica e conformidade institucional. (Missão, Visão e/ou Resultado – Repercussão Estratégica)
Capacitações periódicas e foco no desenvolvimento sustentável.	Auxílio nas capacitações e reforço no desenvolvimento sustentável. (Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos Internos – Repercussão Estratégica)
<b>Ação nº 15 - Concessão de auxílios/bolsas da Assistência Estudantil - Relatório nº 07/2025</b>	
<b>Descrição da Medida Orientada</b>	<b>Benefícios Não Financeiros / Dimensão do Benefício</b>
Fortalecimento do apoio à permanência e prevenção da evasão.	Melhoria no suporte aos estudantes vulneráveis. (Missão, Visão e/ou Resultado – Repercussão Tático/Operacional)
Formalização de metodologias e produção de indicadores de impacto	Apoio na tomada de decisão na aplicação dos recursos e indicadores. (Missão, Visão e/ou Resultado – Repercussão Estratégica)
Redução de vulnerabilidades e ampliação da integridade processual.	Melhoria na segurança jurídica e conformidade institucional. (Missão, Visão e/ou Resultado – Repercussão Estratégica)
Alinhamento ao arcabouço normativo e planejamento estratégico.	Conformidade normativa em relação ao atendimento às exigências do TCU. (Missão, Visão e/ou Resultado – Repercussão Estratégica)

Fonte: elaborado pela Audint.

## 6. INFORME SOBRE OS RESULTADOS DO PROGRAMA DE GESTÃO E MELHORIA DA QUALIDADE - PGMQ

Balizado na [IN SFC nº 3/2017](#), o Ifal instituiu o Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ) da Atividade de Auditoria Interna do Ifal por meio da [Resolução nº 27/CS/2020, de 31 de outubro de 2019](#), com o objetivo de promover a melhoria contínua dos trabalhos desenvolvidos. O Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ) contempla toda a atividade de auditoria interna governamental, desde o planejamento dos trabalhos até o monitoramento das recomendações emitidas por meio de avaliações internas e externas. Busca-se, com tais procedimentos, o aprimoramento dos processos através da uniformização e padronização das ações de auditoria desenvolvidas – alinhando-se às boas práticas nacionais e internacionais.

Conforme destacado no relatório de 2024, a partir de 2025 as avaliações dos trabalhos da auditoria interna seriam realizadas sempre que houvesse a conclusão de um trabalho individual de auditoria, contemplando: equipe executora; supervisor da ação; e responsáveis pela unidade auditada.

A avaliação pelos pares buscou avaliar se as políticas e os procedimentos definidos foram formalmente documentados no sentido de orientar a equipe de auditoria em conformidade com as determinações de auditoria interna, o código de ética e as normas nacionais e internacionais. Já na avaliação pelos gestores, buscou-se verificar se a atividade de auditoria interna agrega valor e melhora os processos da instituição – garantindo maior alinhamento entre as auditorias realizadas e os objetivos estratégicos do Ifal.

No que se refere à avaliação interna de 2025, evidencia-se o levantamento dos riscos do setor de auditoria que proporcionou um melhor planejamento e execução das ações com a adoção de modelos padronizados para cada etapa dos trabalhos, com destaque para o monitoramento e melhoria contínua das atividades de auditoria com a criação de indicadores gerenciais para acompanhamento do desempenho e adoção de planos de ação para correção de desvios, sempre que necessários.

Os resultados demonstram melhora significativa na conformidade geral em função de ações anteriormente implementadas que contribuíram para tais resultados; entre eles, ajustes metodológicos no desenvolvimento dos trabalhos. A análise dos indicadores de desempenho de 2025 revelou uma superação em quase todas as metas estabelecidas, sejam elas referentes ao cumprimento do Paint, horas de treinamento ou benefícios alcançados.

Apesar do sucesso no desenvolvimento dos trabalhos e nas metas estabelecidas, o indicador de recomendações atendidas aponta para uma oportunidade de melhoria nos processos de comunicação e monitoramento, pontos estes destacados no relatório anterior.

A autoavaliação da equipe de auditoria sobre a atuação em 2025, embora majoritariamente positiva, apontou para a necessidade de capacitações específicas, com especial atenção para o Siafi e Tesouro Gerencial, Licitações e Contratos, e Avaliação de Políticas Públicas. De forma similar, os gestores também fizeram uma avaliação positiva dos trabalhos da Audint.

Conforme apontado no relatório de 2024, a aplicação do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM) revelou oportunidades de melhoria, especialmente na elaboração e institucionalização de ferramentas como a Política de Serviços de Consultoria, o Plano de Negócios da Audint e Relatórios de Gestão, bem como na reivindicação de um orçamento operacional adequado. Esses pontos encontram-se em fase de estudos para implementação.

Quanto à maturidade, a Audint avançou significativamente na padronização de seus fluxos de trabalho para o desenvolvimento das ações e na consolidação do PGMQ com o aperfeiçoamento de modelos e procedimentos. Tais medidas, implementadas em 2025, têm contribuído de maneira significativa para uma maior aproximação entre Gestores e Audint – o que aponta para uma nova fase de governança e gestão dos riscos dos trabalhos de auditoria.

Assim, a Audint caminha na busca de melhoria contínua dos indicadores e na qualidade dos trabalhos desenvolvidos, de forma a contribuir de maneira eficiente com auditorias de alto valor agregado.

## 7. LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES PARA ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO OU EXTERNO

No exercício de 2025, a Unidade de Auditoria Interna (Audint) desempenhou papel fundamental na interlocução estratégica entre o Instituto Federal de Alagoas (Ifal) e os órgãos de controle interno e externo. Essa atuação pautou-se na coordenação e no monitoramento do fluxo de informações, assegurando a tempestividade e a qualidade das respostas institucionais a acórdãos, notificações, requisições e solicitações de informações emitidas pela Controladoria-Geral da União (CGU) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

A operacionalização dessa atividade ocorreu por meio da instrução de processos administrativos, comunicações institucionais oficiais e o gerenciamento direto de plataformas digitais, como o Conecta-TCU e o e-CGU. A Audint atuou não apenas no encaminhamento burocrático, mas na análise técnica das manifestações da Gestão, garantindo que os subsídios fornecidos guardassem estrita correlação com o que fora requisitado pelos órgãos de controle.

Essa competência está fundamentada na Instrução Normativa CGU nº 05/2021, que estabelece como atribuição das unidades de auditoria interna o suporte aos órgãos de controle, bem como no Referencial Técnico de Auditoria Interna Governamental. A atuação da Unidade busca fortalecer a governança e a transparência, mitigando riscos de responsabilização e assegurando que o Ifal cumpra seu dever de prestação de contas. Tal interlocução é essencial para o aprimoramento dos controles internos, uma vez que permite à instituição antecipar-se a fragilidades apontadas e promover a correção de rumos de forma assistida.

Abaixo, segue o quadro com as demandas processadas e monitoradas pela Unidade ao longo do exercício:

Quadro 6 - Levantamento de Informações para Órgãos de Controle Interno ou Externo 2025

Documento	Assunto	Processo Sipac
Ofício 45078/2025 - TCU	Notificação de acórdão e divulgação de Painel de Acessibilidade Digital. Anexos: peças 994, 995 e 996 do processo TC 008.257/2024-8.	23041.044974/2025-81

Ofício-circular s/nº-TCU/AudEducação	Práticas de gestão e governança em Instituições Federais que compõem a Rede Federal de EPCT que impactam positivamente o desempenho acadêmico dos estudantes da EPT de nível médio, em especial quanto às seguintes variáveis: fluxo escolar, permanência, conclusão do curso, desempenho em exames nacionais e internacionais.	23041.042553/2025-15
<b>Documento</b>	<b>Assunto</b>	<b>Processo Sipac</b>
Ofício 36040/2025-TCU/Seproc	Notificação de acórdão. Anexos: peças 27, 28 e 29 do processo TC 033.862/2021-4.	23041.034311;2025-16
Ofício TCU 000.780/2025 - AudEducação	Requisição de informações e/ou documentos.	23041.034016/2025-00
Ofício 33025/2025-TCU/Seproc	Solicitação para participação em pesquisa sobre elaboração do relatório de gestão na forma de relato integrado.	23041.0326117/2025-70
Ofício-circular s/nº-2025-TCU/AudEducação, de 14/07/2025.	Informa encerramento de processo de monitoramento. Pede-se dar conhecimento à Unidade de Auditoria Interna e	23041.028251/2025-34

	à Autoridade de Monitoramento da LAI, bem como às demais instâncias de gestão e governança que se entender pertinentes.	
Ofício 820/2025-TCU/AudPessoal	Correção/complementação de informações do ato de pessoal.	23041.015069/2025-13
Ofício 635/2025-TCU/AudPessoal	Correção/complementação de informações do ato de pessoal.	23041.015068/2025-79
Ofício 432/2025-TCU/AudPessoal	Correção/complementação de informações do ato de pessoal.	23041.013055/2025-79
Ofício 10778/2025-TCU/Seprac	Notificação de acórdão. Anexos: peças 1480, 1481 e 1482 do processo TC 035.933/2019-4.	23041.013042/2025-96
Questionário CGU	Questionário sobre o uso de sistemas auxiliares de gestão de pessoas.	23041.002053/2025-41

Fonte: elaborado pela Audint.

## **8. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As atividades desenvolvidas pela Unidade de Auditoria Interna no exercício de 2025 evidenciam o seu compromisso com a conformidade normativa, o fortalecimento da governança e a agregação de valor aos processos do Ifal. Mesmo diante de limitações relevantes, como a redução da força de trabalho e o aumento expressivo de demandas extraordinárias, a Audint manteve a execução substancial do Paint, com a realização de quase que a totalidade das ações previstas e a entrega de serviços técnicos alinhados às diretrizes da CGU.

Destacam-se, ainda, os avanços no Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ), que contribuíram para a padronização metodológica e o aumento da maturidade da atividade de auditoria interna.

Além disso, as ações de auditoria evidenciaram oportunidades de aprimoramento institucional, especialmente no que se refere à integração de sistemas, ao uso de dados e à consolidação de práticas de governança baseadas em evidências e indicadores. Tais aspectos reforçam o papel da Audint na capacidade de conduzir/induzir melhorias nos controles internos, com ênfase na institucionalização da gestão de riscos, no aprimoramento da mensuração de resultados e no fortalecimento da transparência e da integridade dos processos no âmbito do Ifal.

Dessa forma, conclui-se que a Auditoria Interna do Ifal, ao longo de 2025, cumpriu seu papel institucional, atuando como instância de assessoramento à gestão e buscando contribuir para o fortalecimento dos mecanismos de controle, gestão de riscos e governança.

Maceió, 31 de março de 2026

### **Equipe Técnica**

Adriana Lins de Gusmão Vila Nova

Jefferson Gerlânio do Nascimento

José Emiliano dos Santos

Silvana Kelly Coimbra Peixoto

### **Auditor Titular**

Sócrates Mesquita Bomfim